



Não houve ilegalidade ou conluio, afirma Sergio Moro

Em audiência na CCJ, o ministro disse que, se for provada qualquer irregularidade, deixará o cargo e que não tem como atestar a autenticidade das mensagens vazadas

Em oito horas e meia de depoimento à Comissão de Constituição e Justiça, na quarta-feira, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, se defendeu das acusações de ter dirigido a atuação do Ministério Público na Lava Jato, o que seria ilegal. Segundo ele, que respondeu a questões de 40 senadores, o contato informal entre procuradores, advogados e juizes é comum na Justiça e não caracteriza conluio.

Sobre as mensagens vazadas pelo site The Intercept Brasil, disse suspeitar da atuação de grupo criminoso para invalidar condenações da Lava Jato e atacar as instituições. **4 e 5**



Genildo Nogueira/Agência Senado

Ao lado da senadora Simone Tebet, o ministro Sergio Moro disse que invasão ao seu celular foi ação de grupo criminoso organizado, para dificultar investigações

Proposta libera instalação de antena sem licença 8

Ameaça com arma de fogo pode ter pena maior 3

Projeto permite publicar biografia não autorizada 3

Governo não desistiu de capitalização da Previdência, afirma secretário



Jane de Araújo/Agência Senado

Em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, o secretário de Previdência do Ministério da Economia, Rogério Marinho, disse que o Congresso precisa incluir o modelo de capitalização no sistema previdenciário brasileiro, mesmo que sob premissas diferentes das do texto original da reforma da Previdência. O senador Paulo Paim discordou do secretário. O sistema de capitalização foi retirado da proposta pelo relator na comissão especial da Câmara, deputado Samuel Moreira. **3**

Para Rogério Marinho, o Congresso deve voltar a discutir o sistema de capitalização na Previdência

Ministro da Saúde: prefeituras podem dar nova destinação a obras de UPAs



Marcos Oliveira/Agência Senado

Entre os principais avanços do Ministério da Saúde nos últimos meses, segundo o ministro Luiz Henrique Mandetta, estão a identificação de 636 construções interrompidas de unidades de pronto atendimento (UPAs), cujos edifícios poderão ganhar nova finalidade na área da saúde, e o desmembramento da Secretaria de Atenção à Saúde para atender melhor os municípios. Mandetta falou à Comissão Mista de Orçamento. **6**

Na CMO, Mandetta cita mapeamento de obras interrompidas e desmembramento da Secretaria de Atenção à Saúde

Senadora pede que MP seja devolvida ao Executivo

A senadora Eliziane Gama pediu ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que devolva ao Executivo a medida provisória que transfere a demarcação de terras indígenas ao Ministério da Agricultura. Segundo ela, a MP é inconstitucional. **2**

Comissão aprova indicações para França e Portugal

A Comissão de Relações Exteriores aprovou na quarta-feira os nomes de Carlos Alberto Simas Magalhães e Luís Fernando Serra para as embaixadas do Brasil em Portugal e na França. As indicações agora serão submetidas ao Plenário. **7**

Venda de transportadora de gás provoca divergência

Senadores e especialistas que participaram de debate na Comissão de Desenvolvimento Regional sobre a venda de 90% da Transportadora Associada de Gás, subsidiária da Petrobras, divergiram em relação à privatização da empresa, em abril. **8**

Demarcação de terras volta para Agricultura

Medida provisória editada na quarta-feira pelo presidente Jair Bolsonaro retorna para o Ministério da Agricultura a demarcação de terras indígenas, o que havia sido rejeitado pelo Congresso em MP anterior

MEDIDA PROVISÓRIA EDITADA na quarta-feira pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, transfere a identificação e a demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura. A MP 886/2019, que muda ainda as atribuições de outras estruturas do governo federal, reverte a decisão do Congresso que subordinou a demarcação ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A nova MP foi assinada um dia após Bolsonaro sancionar a Lei 13.844, que reorganizou a estrutura ministerial do Poder Executivo. A lei deriva da MP 870/2019, que reduziu o número de pastas da administração federal de 29 para 22.

A MP 870 foi aprovada pela Câmara e pelo Senado em maio. O texto que saiu das duas Casas reservou a identificação e a demarcação de terras à Funai, órgão que foi vinculado ao Ministério da Justiça. O texto original previa a demarcação a cargo do Ministério da Agricultura e a Funai subordinada



Congresso decidira que Ministério da Justiça demarcaria terras indígenas

à pasta da Mulher, Família e Direitos Humanos.

A MP 886 retorna a demarcação à pasta comandada pela ministra Tereza Cristina, forçando o Congresso a re-discutir o tema. O novo texto manteve na Justiça os direitos dos índios, com exceção da questão fundiária.

Coaf

A MP 886 confirmou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) dentro do Ministério da Economia,

conforme decisão dos deputados e senadores que havia sido vetada por Bolsonaro na sanção da Lei 13.844.

Inicialmente, a MP 870 previa que o Coaf ficaria com o Ministério da Justiça, comandado pelo ministro Sergio Moro. O Coaf é o órgão responsável por investigações relacionadas à lavagem de dinheiro. O Congresso, porém, mudou o texto original e retornou o conselho ao Ministério da Economia, ao qual pertencia antes da edição da MP.

Com a edição da MP 886, o governo enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) informações para o julgamento da liminar em uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI 6.147), que questiona a retirada do Coaf do Ministério da Justiça. A ADI foi ajuizada pelo Podemos, que defende a vinculação à pasta de Moro.

A MP 886 traz de volta à Lei 13.844 três assuntos que o presidente havia vetado na sanção do texto. O registro sindical ficará com o Ministério da Economia, como aprovou o Congresso, e o zoneamento ecológico econômico retornou ao Ministério do Meio Ambiente.

Já o Conselho Nacional de Política Indigenista voltou para o Ministério da Justiça. A MP 870 previa que o colegiado ficaria com o Ministério da Mulher, mas os congressistas não concordaram e o vincularam à pasta de Moro. Bolsonaro vetou essa mudança, mas agora restabeleceu o texto do Congresso.

A MP mudou também a configuração da Presidência da República. O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), até então ligado à Secretaria de Governo, foi transferido para a Casa Civil.

A MP 886 será analisada por uma comissão mista. Depois seguirá para os Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

Da Agência Câmara

Bolsonaro sanciona com vetos lei que muda administração

O presidente da República, Jair Bolsonaro, sancionou na terça-feira a Lei 13.844, que tem origem na Medida Provisória 870/2019. Conhecida como MP da Reforma Administrativa, foi a primeira editada pelo governo Bolsonaro e trata da extinção e da fusão de órgãos e ministérios.

Entre as mudanças, estão a substituição do Ministério da Fazenda pelo da Economia e a extinção das pastas da Cultura e do Trabalho. Durante a tramitação da MP no Congresso, a demarcação de terras indígenas e o Conselho Nacional de Política Indigenista foram devolvidos ao Ministério da Justiça. O Congresso também transferiu o Coaf do Ministério da Justiça e Segurança Pública para a pasta da Economia.

Competências

Bolsonaro vetou a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O órgão foi inserido na estrutura do Ministério da Cidadania durante a tramitação da MP no Congresso. O governo alegou que é de competência privativa do chefe do Executivo a iniciativa das leis que tratam de

organização administrativa.

Também foram vetados alguns itens relacionados às competências da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). O governo alega que os dispositivos contrariam o interesse público, guardando contradição com alterações mais abrangentes promovidas pela MP 882/2019, que trata da infraestrutura de transportes. Outros itens que tratavam de cargos e funções foram vetados, segundo o governo, "por inconsistência técnica".

Polícia

O presidente também vetou item que previa a manutenção da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal entre as competências do Ministério da Justiça. O Executivo alegou que o texto poderia dar margem à interpretação de cunho financeiro, o que contraria preceitos constitucionais.

O retorno do Coaf para o Ministério da Economia e a demarcação de terras indígenas para o Ministério da Justiça foram vetados pelo presidente.

Sancionada com vetos MP de combate a fraudes no INSS

O presidente Jair Bolsonaro sancionou, com cinco vetos, a medida provisória que busca coibir fraudes nos benefícios do INSS. A MP 871/2019 foi aprovada pelo Senado no início deste mês.

A nova lei (Lei 13.846) cria um programa de revisão de benefícios do INSS, com bônus para os peritos que realizarem mais perícias médicas, exige cadastro do trabalhador rural feito pelo governo, e não mais pelos sindicatos, e restringe o pagamento de auxílio-reclusão apenas aos casos de pena em regime fechado, proibindo o pagamento aos presos em regime semiaberto.

A MP faz parte do esforço anunciado pelo governo para conter as despesas previdenciárias. O governo quer usar a norma para fazer um pentefino nos benefícios concedidos pelo órgão. O texto prevê, por exemplo, que o INSS terá acesso a dados do SUS, das movimentações do FGTS e de cartórios, para verificar a situação dos segurados.

Um dos itens vetados é o dispositivo que permitia o acesso do INSS aos dados da Receita Federal, que reúne informações sobre empresas e segurados. A alegação para o veto é que o assunto deve ser tratado por lei complementar.

Com Agência Câmara

Eliziane Gama pede devolução de medida provisória ao governo

A senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) declarou que o Congresso Nacional deveria negar a validade e a tramitação da Medida Provisória 886/2019, que, entre outros itens, devolve a demarcação de terras indígenas ao Ministério da Agricultura, revertendo a decisão do Congresso de colocar a questão sob responsabilidade do Ministério da Justiça. Segundo ela, trata-se da reedição de medida provisória rejeitada, já que a demarcação de terras indígenas já foi analisada e alterada pelo Congresso na MP 870/2019.

Eliziane ressaltou que a Constituição proíbe a reedição, numa mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou tenha perdido a eficácia. Ela enviou um ofício ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, solicitando a devolução da medida provisória ao governo.

Pelo Twitter, o deputado Alessandro Molon (PSB-RJ) informou que também apresentou um requerimento para que o presidente do Senado — que preside a Mesa do Congresso — devolva a MP ao governo.



MP rejeitada não pode ser reeditada em seguida, destaca Eliziane

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Pronunciamentos

9h Sessão não deliberativa destinada a discursos dos senadores.

Previsão atualizada às 18h de quarta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Governo não descarta modelo de capitalização

Em debate na Comissão de Assuntos Sociais, secretário de Previdência, Rogério Marinho, defendeu sistema retirado do texto da reforma da Previdência pelo relator na Câmara

O CONGRESSO NACIONAL precisa tratar da inclusão do modelo de capitalização no sistema previdenciário brasileiro, ainda que sob premissas diferentes do texto originalmente enviado na reforma da Previdência (PEC 6/2019). Esse foi o ponto de vista apresentado, na quarta-feira, pelo secretário de Previdência do Ministério da Economia, Rogério Marinho, durante audiência na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

— A reação do Parlamento nos dá a sensibilidade de que precisamos ajustar o tema. Mas essa é uma discussão que faremos oportunamente, porque o relatório [apresentado pelo deputado Samuel Moreira (PSDB-SP) na comissão especial] não contempla. Se o governo vai ter ou não votos para reinserir a capitalização na reforma, é a dinâmica política que vai determinar — disse.

Na semana passada, Samuel Moreira apresentou seu relatório na comissão especial da reforma na Câmara, retirando a capitalização do texto, entre



O secretário Rogério Marinho e Paulo Paim, que comandou a audiência

outras diversas alterações. Em entrevistas coletivas concedidas desde então, o relator tem reiterado que o item não retornará à pauta. A reunião na CAS foi conduzida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que reforçou que manterá articulações políticas para que a capitalização não faça parte da chamada “nova Previdência”.

— A retirada da capitalização na proposta foi um avanço fundamental do relator, atendendo os apelos da sociedade brasileira. Uma pesquisa

oficial da OIT (Organização Internacional do Trabalho) mostra que, dos 30 países que a adotaram, 18 já desistiram ou tentam reverter o modelo. O caso mais emblemático é o do Chile. Especialistas chilenos vieram ao Senado e falaram sobre o desespero que reina na maioria dos idosos naquele país, recebendo aposentadorias e pensões ínfimas após décadas de contribuições — disse Paim.

Marinho ainda afirmou que a reforma da Previdência

não será suficiente para que o mercado de trabalho reaja de forma mais consistente, a ponto de superar o momento atual, marcado por forte desemprego. Segundo ele, o objetivo da reforma é conter o avanço da dívida pública, permitindo uma futura estabilidade fiscal.

Investidores

Para Marinho, o equacionamento do déficit estrutural é o que possibilitará um cenário mais positivo aos investidores.

— A reforma da Previdência por si só não vai resolver. Terá que ser acompanhada, por exemplo, de uma reforma tributária. Nosso sistema tributário é burro, repulsa quem quer empreender. Precisamos também abrir mais a economia e desburocratizar regulações. Temos 6,8 mil multas previstas só nas NRs [normas regulamentadoras de segurança no trabalho] — afirmou o secretário.

Paim reagiu ao comentário de Marinho sobre as normas

reguladoras.

— A função das NRs é proteger a classe trabalhadora. Lideramos uma briga, por exemplo, em 2017, para que a NR 12 não fosse derrubada durante o governo Temer. Essa norma prevê que o maquinário operado pelo trabalhador tenha equipamentos de proteção. A desculpa dos que querem derrubar a NR 12 é que o maquinário fica caro com os equipamentos. Mas, gente, eu trabalhei em indústrias onde vi pessoas terem o braço decepado por ausência de proteção — relatou Paim.

Marinho também afirmou que a reforma da Previdência, caso aprovada, permitirá ao governo federal retomar investimentos em infraestrutura no país, devido ao alívio fiscal. De acordo com ele, em 2014 esses investimentos se aproximavam de R\$ 100 bilhões e caíram para menos de R\$ 35 bilhões na atual peça orçamentária e, “devido ao contingenciamento, dificilmente sairão do papel”, disse.

Projeto de lei aumenta punição para crime de ameaça com uso de arma de fogo

Tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) projeto que aumenta a pena para o crime de ameaça com utilização de arma de fogo. A proposta é do senador Styvenson Valentim (Podemos-RN).

O Código Penal prevê multa ou detenção de um a seis meses para quem ameaçar alguém — verbalmente, por escrito ou gesto. O projeto

de Styvenson dobra a pena quando houver emprego de arma de fogo.

O senador explica na justificativa que para diversos crimes do Código Penal, como violação de domicílio, roubo, extorsão e constrangimento ilegal, a legislação já prevê aumento das penas se, no delito, for empregada arma de fogo.

“Não é incomum que aque-

les que detêm acesso a uma arma de fogo a exibam assustadoramente como uma ameaça de morte para os outros. Essa situação objetiva merece maior rigor penal”, afirma o senador.

O projeto tramitará com o ao PLS 236/2012, que trata da reforma do Código Penal. O relator é o senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG).



Para o autor, Styvenson Valentim, essa ameaça deve ter maior rigor penal

Enquete: crime hediondo deve ter regime fechado

Em enquete realizada pelo DataSenado, 96% dos entrevistados concordam que condenados por crimes hediondos com violência devem cumprir toda a pena em regime fechado, como propõe a PEC 47/2019.

A pesquisa também mostrou que para a maioria (73%) a aprovação da PEC levaria à redução da quantidade de crimes hediondos com violência, enquanto apenas 16% acreditam que não haveria mudança no número de ocorrências. Isso porque, para 91% dos participantes da enquete, os regimes aberto e semiaberto transmitem a sensação de impunidade. Já para 73%, esses regimes não possibilitam a reinserção social do condenado.

A enquete, que recebeu 2.860 respostas entre os dias 2 e 31 de maio, mostra que a maioria dos participantes concorda com o texto da PEC,

acreditando que a Justiça brasileira deve ser mais severa.

Do senador Lasier Martins (Podemos-RS), a PEC tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e é relatada pelo senador Flávio Bolsonaro (PSL-SP).

A proposta prevê que os condenados pelos crimes de homicídio qualificado, homicídio praticado em atividade típica de grupo de extermínio, latrocínio, extorsão qualificada pela morte, extorsão mediante sequestro, estupro e estupro de vulnerável não poderiam pedir a progressão de pena para um regime aberto ou semiaberto.

A proposta foi inspirada na PEC 39/2017, do ex-senador Jorge Vianna, que também tinha o intuito de aumentar o rigor das execuções penais para crimes hediondos praticados com violência contra a pessoa. O texto de Vianna não prosperou devido ao término

da legislatura.

O texto também propõe a retomada da Lei dos Crimes Hediondos (Lei 8.072 de 1990), que foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2006 e também previa que os condenados por crimes hediondos cumprissem a pena integralmente em regime fechado. No entanto, a proposta atual acrescenta que a pena mais rigorosa será aplicada apenas aos crimes hediondos praticados com violência.

Segundo o autor da PEC, o principal objetivo da proposta é frear o aumento da violência.

“Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, edição 2018, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil teve 63.895 mortes violentas intencionais em 2017, o equivalente a 175 mortes por dia”, afirma na justificativa.

Proposta permite a publicação de biografias sem autorização

Projeto em análise no Senado propõe alterar o Código Civil para deixar explícito na lei que é liberada a publicação de livros, filmes, novelas e séries mesmo sem autorização da pessoa retratada (ou de seus familiares). Em 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) afastou a exigência prévia de autorização para biografias.

Apresentado pelo senador Styvenson Valentim (Podemos-RN), o PL 3.478/2019 tem como objetivo conferir maior segurança jurídica à pesquisa, produção, publicação ou divulgação de obras biográficas, literárias ou audiovisuais.

— Na esteira da decisão do Supremo Tribunal Federal, buscamos tornar

desnecessária qualquer indagação ao biografado a respeito do seu consentimento quanto a produção da obra biográfica, nem aos seus familiares, se o biografado já houver falecido — apontou o senador.

O texto também ressalva que o biógrafo será responsabilizado civilmente pelo relato de fatos inverídicos, o que poderá levar a medidas de reparação, como indenizações.

— É resguardado o mal uso desse direito. O projeto prevê a responsabilidade de quem não o utilizar de forma adequada — disse o autor.

A proposta está em fase de recebimentos de emendas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Moro defende imparcialidade como juiz e diz que não cometeu infrações

Por oito horas e meia, o ministro da Justiça, Sergio Moro, prestou esclarecimentos, na quarta-feira, aos senadores sobre mensagens que teria trocado com procuradores da Lava Jato quando

era juiz federal. Os textos vieram a público numa série de reportagens do site The Intercept Brasil, que questionou a imparcialidade do ex-juiz no julgamento das ações decorrentes da operação. Moro,

que teve a iniciativa de comparecer ao Senado, disse não ter cometido desvios, contestou a autenticidade das mensagens e afirmou que há um grupo criminoso interessado em invalidar a Lava Jato.



Sergio Moro e a presidente da CCIJ, Simone Tebet: em sua explanação inicial, o ministro disse não ter como atestar a autenticidade das mensagens vazadas

Ministro fala em grupo criminoso para invalidar Lava Jato

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, defendeu na quarta-feira, em audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), sua atuação como juiz e afirmou que não há infrações ou desvios de conduta nas mensagens trocadas com procuradores da Operação Lava Jato, quando ainda era juiz, e vazadas pelo site The Intercept Brasil.

Moro apontou a existência de um grupo criminoso criado para invalidar condenações, prejudicar investigações em curso e atacar as instituições.

— Várias pessoas, lendo essas mensagens, não identificaram ilícitos, ilegalidades ou qualquer desvio ético. Na tradição jurídica brasileira, não é incomum que juiz converse com advogado, polícia. No caso do juiz criminal, é comum que receba delegados e procuradores e converse sobre diligências que serão requeridas. Isso é absolutamente normal.

Em sua exposição inicial, o ministro ressaltou que não pode confirmar a autenticidade das mensagens, pois saiu do aplicativo Telegram em 2017.

— Algumas coisas eventual-

mente posso ter dito. Outras me causam estranheza, podem ter sido adulteradas. Por isso, desde o início, sempre nos referimos como supostas mensagens, pois não tenho como verificar a legitimidade do material — disse.

Sobre o ataque a seu celular, Moro contou que a invasão está sendo apurada pela Polícia Federal e afirmou que não tem “nenhum receio do que tem dentro do aparelho”. Para ele, não foi ação de um hacker isolado, mas de um grupo criminoso.

— Quem faz essas operações de contrainteligência não é um

adolescente com espinhas, mas um grupo estruturado. Isso é um ataque a instituições — avaliou.

Segundo reportagem do The Intercept Brasil, o ex-juiz mantinha colaboração com procuradores durante a Lava Jato, prática que seria contrária à Constituição. Moro disse que se colocou à disposição da CCJ para esclarecimentos por conta do sensacionalismo que está sendo feito sobre as notícias veiculadas pelo site. Ele disse que o site violou regras do jornalismo por não tê-lo ouvido antes da publicação das matérias.

“Se houver irregularidade, eu saio”, afirma Moro

O ministro da Justiça, Sergio Moro, disse na Comissão de Constituição e Justiça que não tem apego ao cargo que ocupa no governo Bolsonaro e que sairá se houver alguma irregularidade da parte dele.

— Mas não houve irregularidade, porque sempre agi com base na lei e de modo imparcial.

O senador Jaques Wagner (PT-BA) destacou o fato de o ministro ser o chefe da Polícia Federal, o que poderia comprometer a imparcialidade das investigações.

— Se o site The Intercept Brasil divulgar tudo sem adulteração e sem a construção de interpretações, vai se verificar que minha atuação foi íntegra — afirmou Moro.

O senador Major Olimpio (PSL-SP) disse que Moro agiu o tempo todo amparado na lei e nos princípios e, por isso, não há que se falar no afastamento do ministro, até porque “não é o que a população deseja”.

— Uma diminuição da imagem de Vossa Excelência [Moro] é uma derrota da Justiça deste país — afirmou.

As conversas vazadas entre Moro e o procurador Deltan Dallagnol são motivo para a criação de uma comissão parlamentar de inquérito, na opinião de Cid Gomes (PDT-CE). O senador sugeriu uma CPI para investigar não só os vazamentos, mas para apurar e sugerir medidas legislativas para dar mais segurança ao sigilo das comunicações no país.

Cid Gomes defendeu também a alteração na lei processual penal para que o juiz que instrui o processo não seja o mesmo que vai julgar. Para ele, seria uma medida fundamental para garantir a imparcialidade do julgador e serviria de medida protetiva para o futuro dos

processos. Ele deixou claro não ser a favor do fim da Lava Jato e fez críticas à postura do ministro na audiência da CCJ:

— Penso que a Justiça tem que ser imparcial.

O senador Jean Paul Prates (PT-RN) quis saber como eram feitos os procedimentos para uso das delações premiadas ao longo da Lava Jato e por que não eram usados outros expedientes de investigação, como acareações.

— Fica parecendo que todo mundo delata para cima. A pessoa vai delatando e sendo liberada e no final quem está preso é o presidente da República.

Renan Calheiros (MDB-AL) perguntou se o ex-juiz tinha participado de algum acordo antes de 2013, quando foi aprovada a Lei do Crime Organizado, que trata também da delação. Renan questionou ainda se Moro tinha conhecimento de alguma central de grampos instalada na Procuradoria-Geral da República, na época do ex-procurador-geral Rodrigo Janot. Moro lembrou que o instituto da delação já estava previsto de forma esparsa em outras legislações, inclusive com previsão de redução de penas. Também disse que não



Angelo Coronel perguntou se Moro autorizara Telegram a entregar textos

Senadores querem acesso às mensagens trocadas por ex-juiz e Dallagnol

Durante a audiência pública com o ministro Sergio Moro, alguns senadores manifestaram o interesse de ter acesso às mensagens trocadas por ele pelo aplicativo Telegram para compará-las aos trechos vazados pelo site The Intercept Brasil.

Angelo Coronel (PSD-BA) perguntou se Moro autorizara o Telegram a fornecer as mensagens armazenadas na íntegra e recomendou que o ministro aconselhasse Deltan Dallagnol a entregar o celular para perícia.

Moro disse que as mensagens no Telegram não existem mais porque ele saiu do aplicativo em 2017.

— Essas mensagens não ficam na nuvem — afirmou o ministro, lembrando ter entregado o celular à Polícia Federal.

Humberto Costa (PT-PE) reforçou o pedido para que Moro solicite a Dallagnol que também entregue o celular à perícia da PF. Na opinião do senador, Moro deveria pedir demissão.

Para Marcos Rogério (DEM-RO), a discussão central deveria ser o ataque a celulares de autoridades, que ele classificou como ciberataque ou ciberterrorismo. O senador avaliou que não há nada de comprometedor nas mensagens divulgadas até agora, mas entende que essa é uma oportunidade para estabelecer limites na comunicação entre juízes, procuradores e advogados.

Também para Marcio Bittar (MDB-AC), o crime a ser discutido é o da invasão de celulares e autoridades. Na visão dele, a divulgação das mensagens busca uma revanche contra as operações anticorrupção.

A opinião é compartilhada pelo senador Aroldo de Oliveira (PSD-RJ). Já Esperidião Amin (PP-SC) afirmou que existe hoje uma guerra cibernética no Brasil, o que exige providências do governo e do Congresso.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse que não se pode embarcar em teorias da conspiração, mas que é preciso ajudar a esclarecer para a população brasileira o que representam as gravações vazadas pelo The Intercept.



Major Olimpio defende que atuação do ex-juiz foi dentro da legalidade

Ex-juiz nega conluio com Ministério Público

Moro rebateu com números a acusação de que agiu de forma parcial na Operação Lava Jato. Foram 90 denúncias, 45 sentenças e 44 recursos interpostos pelo Ministério Público. De 291 acusados, 211 foram condenados e 63 absolvidos, o que demonstra, segundo ele, não ter havido convergência de ações.

— Qual a convergência? O que havia no fundo era muita divergência. Também existe parcial convergência: não quer dizer que, se absolvo alguém, tenho conluio com advogado. Também não quer dizer que, se condeno, tenho acordo com o Ministério Público. A Lava Jato não era de atuação exclusiva minha. Aliás, nunca um juiz teve tanto recurso contrário às suas decisões como eu, porque os casos eram difíceis e envolviam pessoas poderosas.

Quem foi condenado foi condenado pelas provas de que cometeu corrupção.

Para ele, são normais na Justiça as conversas entre integrantes do processo, e o aplicativo Telegram era usado apenas para agilizar a troca de informações.

— Recebi advogados em minha sala, conversávamos informalmente. Não é adiamento de decisão, não é conselho, mas interlocação normal em qualquer fórum de Justiça. Não tem comprometimento da impessoalidade. Onde está o comprometimento da imparcialidade? — indagou.

O líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) disse que Moro foi vítima de crime cujos autores precisam ser identificados. Segundo o senador, quem conhece o siste-

ma jurídico brasileiro sabe que conversas no curso do processo acontecem, são os famosos “despachos auriculares”.

Alessandro Vieira (Cidadania-ES) lembrou que a maioria das operações anteriores contra a corrupção no Brasil foram sepultadas em brechas jurídicas ou estratégias políticas. As decisões da Lava Jato foram objeto de centenas de recursos interpostos pelos melhores advogados e pelas bancas mais caras e, ainda assim, resistiram incólumes, avaliou.

Os senadores Marcos do Val (Cidadania-ES) e Soraya Thronicke (PSL-MT) também saíram em defesa do ministro. Para eles, os vazamentos das conversas — as quais não se pode atestar a veracidade — deixam claro a tentativa de se barrar a luta



Líder do governo, Bezerra Coelho defende o ministro na audiência



Randolfo Rodrigues (D) e Fabiano Contarato, para quem Moro violou processo

contra a corrupção no país.

Weverton (PDT-MA) ressaltou que não se trata de discutir a luta da sociedade brasileira contra a corrupção, mas a conduta de um ex-juiz num processo. Para ele, os brasileiros merecem saber a verdade.

Fabiano Contarato (Rede-ES), que foi delegado de polícia, disse que o comportamento

de Sergio Moro e do procurador Deltan Dallagnol violou o que há de mais “sagrado no processo penal”: a isonomia e o tratamento igual entre as partes.

— Se eu tivesse contato por WhatsApp com advogado de quem instaurarei inquérito, acho que sairia preso da delegacia do qual era titular. O juiz está para o processo assim como o

curso de *media training* para ir ao Senado prestar esclarecimentos e sobre a dosimetria das penas impostas.

Moro disse nunca ter dirigido atuações dos tribunais superiores e nunca ter conversado sobre dosimetria de pena em juízo recursal. É normal o quantitativo das penas serem revistas, assegurou o ex-juiz.

Moro garantiu ainda que a esposa não trabalhou para petrolíferas e não atua nas áreas cível e penal. Segundo ele, houve *fake news* dizendo que ela trabalharia para a Shell e para o serviço de inteligência americano.

— Desde que ocorreram os fatos, procuramos parlamentares para esclarecer, e o único auxílio que tenho recebido é da assessoria de imprensa do Ministério da Justiça. Não preciso de mídia para vir aqui falar a verdade — afirmou.

Ministro diz que comentários sobre Fux e FHC foram “triviais”

Embora tenha dito não reconhecer a veracidade do conteúdo publicado pelo site The Intercept Brasil, o ministro Sergio Moro comentou algumas das mensagens trocadas entre ele e procuradores da Lava Jato. Entre os trechos que foram alvos de questionamentos dos senadores, estavam as menções ao ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux e ao ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

Moro foi questionado por Lasier Martins (Podemos-RS) e Jorge Kajuru (PSB-GO) sobre o fato de ter dito que acreditava em Fux. Na conversa, segundo o site, o procurador Deltan Dallagnol e o então juiz Sergio Moro fazem referências aos ministros do STF Luiz Fux e Teori Zavascki, que faleceu em 2017. Segundo Moro, o conteúdo é “trivial”.

— Há coisas que eu posso ter dito, não necessariamente nesses termos, e há coisas que me causam estranheza. No caso ali do comentário elogioso ao Luiz Fux [Moro teria escrito “In Fux we trust” (em Fux nós confiamos), quando Dallagnol defendeu Moro em uma suposta disputa com Zavascki], ele é

um magistrado que eu respeito, assim como todos os ministros do Supremo Tribunal Federal e a própria instituição — disse.

Moro considerou as reportagens como “sensacionalistas”.

— Esse site fez uma especulação, uma fantasia em cima daquilo — criticou.

Segundo o The Intercept, quando Moro era juiz da Operação Lava Jato, teria tratado com Dallagnol sobre a conveniência de investigar Fernando Henrique.

De acordo com a reportagem, o procurador teria argumentado que investigar o ex-presidente, que é do PSDB, reforçaria a “imparcialidade” da força-tarefa. Segundo as mensagens divulgadas, Moro respondeu: “Acho questionável, pois melindra alguém cujo apoio é importante.” A questão foi levantada pelos senadores Weverton e Humberto Costa. Moro reforçou que nunca interferiu no processo.

— O caso nunca passou pelas minhas mãos, como é que eu interfiri em alguma coisa? Como é que eu fiz alguma coisa? Qual a prova de que eu fiz alguma coisa em relação a aquele tipo de mensagem?



Segundo Moro, The Intercept é sensacionalista e faz especulação e fantasia

Criminalização do caixa dois será analisada na próxima semana

Um dos três projetos de lei do pacote anticrime — o que trata da criminalização do caixa dois — estará na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na próxima semana, informou a presidente do colegiado, senadora Simone Tebet (MDB-MS), ao encerrar a audiência da quarta-feira com o ministro Sergio Moro. O relator do PL 1.865/2019 é o senador Marcio Bittar (MDB-AC).

— Já fizemos uma audiência pública sobre o projeto maior, sob a relatoria do senador Marcos do Val [Cidadania-ES], então estamos na mesma linha e no mesmo sentido — disse Simone.

Em relação ao projeto co-



Simone informou que a comissão já fez audiência sobre o projeto

nhecido como Dez Medidas contra a Corrupção (PLC 27/2017), a presidente da CCJ disse estar acompanhando o assunto com o relator da proposta, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

Ministro sugere que prefeituras reaproveitem UPAs

Titular da Saúde, Luiz Henrique Mandetta considerou como principais avanços a identificação de obras interrompidas e o desmembramento da Secretaria de Atenção à Saúde

A IDENTIFICAÇÃO DE 636 construções interrompidas de unidades de pronto atendimento (UPAs) no país e o desmembramento da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS) para atender melhor os municípios estão entre os principais avanços do Ministério da Saúde nos últimos meses, segundo o ministro Luiz Henrique Mandetta. Ele deu esclarecimentos à Comissão Mista de Orçamento (CMO) na quarta-feira, em atendimento à Lei Complementar 141, de 2012, que determina a prestação de contas ao Congresso, pelo gestor público do Sistema Único de Saúde (SUS), a cada quadrimestre.

Segundo o ministro, a identificação das obras paradas foi possível graças a uma parceria firmada com o Tribunal de Contas da União (TCU). Ele informou que, após o mapeamento, os governos municipais foram autorizados pelo Executivo a modificar a finalidade desses prédios, desde que a destinação continue sendo para a área da saúde, com ações em benefício da mulher, por exemplo. Mandetta garantiu que todos os repasses de verbas federais para a finalização desses empreendimentos estão em dia.

Segundo o ministro, sua primeira medida ao assumir o ministério foi a elaboração de uma nova proposta de funcionamento para a pasta. Ele disse que a estratégia de desmembramento da SAS possibilitou a melhoria no atendimento



Ministro da Saúde, Mandetta (D) fala em audiência pública presidida pelo senador Marcelo Castro (2º à esq.)

primário, desde o pré-natal até o cuidado com os idosos. Outro ato, segundo ele, foi a criação da Diretoria de Integridade, que une Controladoria-Geral da União e Ouvidoria dentro do ministério, com vistas a ações de sindicância e transparência.

Orçamento

O subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde, Arinaldo Bomfim Rosendo, explicou que o orçamento do órgão para 2019 é de R\$ 132,8 bilhões. Desse total, R\$ 120,8 bilhões são para ações e serviços públicos de saúde e R\$ 12 bilhões para demais despesas.

Ele relatou que há 14.210 médicos participantes do Programa Mais Médicos em atuação e 269 unidades de saúde da família construídas, 162 ampliadas e 117 reformadas. São 7,5 mil empreendimentos de 2016 a 2019, disse ele.

Rosendo acrescentou que a rede federal vinculada à pasta realizou 1,6 milhão de consultas e 5,2 milhões de procedimentos ambulatoriais de janeiro a abril de 2019. Ele informou ainda que 147 auditorias foram realizadas ou estão em fase de execução no período.

O secretário-executivo da pasta, João Gabbardo dos Reis, afirmou que os contratos anuais para aquisição de medicamentos e insumos exigem mais celeridade na liberação de recursos. No entanto, ele disse que mesmo com pouco dinheiro o ministério conseguiu expandir o horário de atendimento em unidades de saúde.

— Em algumas áreas, nós conseguimos fazer redução de custos, principalmente na área de informática — explicou.

O presidente da CMO, senador Marcelo Castro (MDB-PI),

disse que conhece “a qualidade do corpo técnico” do Ministério da Saúde.

O senador Wellington Fagundes (PL-MT) agradeceu a participação do governo, por meio do Programa Chave de Ouro, nas etapas de funcionamento do Hospital e Pronto-Socorro de Cuiabá. Ele salientou a importância da unidade de saúde para a região de Mato Grosso, Rondônia e até Bolívia, cuja população também é beneficiada com os serviços.

O deputado Vicentinho Júnior (PL-TO) pediu informações sobre o recurso de custeio que ajuda os gestores municipais na manutenção das ações em saúde e sobre o tratamento dado aos agentes de vigilância em saúde.

Mandetta respondeu que aguarda a liberação das emendas de bancada pela Secretaria de Governo e que está preparado para cumprir a integralidade

dos investimentos em recursos de custeio, devido ao caráter impositivo quanto ao uso da verba. Sobre os agentes de saúde, Mandetta disse que tem honrado o repasse do piso salarial da categoria em todas as cidades. Ele pediu aos parlamentares que orientem os prefeitos a pagar o salário devido a esses profissionais. O ministro afirmou ainda que se trata de uma lei federal aprovada pelo Congresso e “cujos recursos estão em dia”.

O deputado Hildo Rocha (MDB-MA) pediu explicações sobre a falta de medicamentos na rede de saúde pública, que, segundo ele, está ocasionando mortes de pacientes.

— Estamos encerrando o sexto mês do governo, os municípios alegam que o ministério não está enviando os remédios, e isso é gravíssimo.

Mandetta respondeu que o governo anterior fazia as aquisições de medicamentos a cada três meses o que, segundo ele, resulta em desabastecimento. Ele disse que alertou a Comissão de Seguridade Social da Câmara em 2018 sobre esse risco e declarou estar ciente da situação, por ter “herdado o problema”. Mandetta declarou, no entanto, que, a partir da nova gestão, a licitação de remédios passou a ser feita com a previsão de 12 meses. De acordo com ele, os governantes de todos os estados foram avisados da nova metodologia.

A próxima reunião deliberativa da CMO será realizada na terça-feira, às 14h30.

Projeto institui ginástica laboral diária em todas as esferas do serviço público

União, estados e municípios deverão implantar, nos três Poderes, atividades de ginástica laboral diária para servidores, funcionários terceirizados e estagiários. É o que estabelece projeto do senador Nelsinho Trad (PSD-MS) que tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde aguarda designação do relator. Da CAS, o projeto seguirá para a análise

em decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A ginástica laboral prevista no PL 3.273/2019 terá uma duração mínima de 15 minutos por dia e será desenvolvida por profissionais de educação física. Em caso de trabalho a distância, os funcionários receberão orientações de atividades pela internet. A ade-

são aos programas de ginástica é facultativa e os trabalhadores que não optarem não sofrerão qualquer espécie de sanção.

Ao justificar sua proposição, Nelsinho chama atenção para o “crescimento exponencial” das doenças profissionais, com destaque para a lesão por esforço repetitivo (LER) e os distúrbios osteomoleculares relacionados ao trabalho (Dort).



Pela proposta, ginástica no trabalho terá orientada por educadores físicos

Mesa do Senado Federal

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

Secretaria de Comunicação Social

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burtle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.



Claudia Vasques Zacour, Márcio Bezerra, senador Izalci, Hélio Bisaggio, Raquel de Oliveira Sousa e Marcelo Lima de Mendonça em debate na Comissão de Desenvolvimento Regional

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Venda de transportadora de gás divide opiniões

Em debate, especialistas e senadores criticaram a desestatização de subsidiária da Petrobras enquanto representantes do governo consideraram que é importante abrir o mercado

A VENDA DE 90% da Transportadora Associada de Gás (TAG), rede de gasodutos do Norte e Nordeste, subsidiária da Petrobras, dividiu opiniões em debate na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Os favoráveis à desestatização disseram, por exemplo, que a Petrobras não precisa ser a transportadora se o seu negócio é a extração e refino. Já os que criticam a venda disseram que a Petrobras abriu mão da soberania nacional e, ao mesmo tempo, passou a depender do transporte terceirizado, que pode se tornar mais caro.

Em abril, o contrato de alienação da TAG foi anunciado ao mercado e a empresa foi arrematada pela multinacional Engie. O pagamento foi feito no dia 11 de junho, num acordo de R\$ 33,5 bilhões.

A TAG atua no transporte e na armazenagem de gás natural. A rede tem 4,5 mil quilômetros de gasodutos, 91 pontos de entrega, 12 estações de compressão, 75 milhões de m³/dia de capacidade instalada (100% contratada pela Petrobras), com serviços de operação e manutenção prestados pela Transpetro. A empresa tem contratos de transporte de longo prazo em vigor e faturamento líquido de R\$ 4,9 bilhões/ano.

Na compra, a dívida de R\$ 3,9 bilhões com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi sanada.

A venda da TAG foi alvo de várias disputas judiciais. Uma

decisão de caráter liminar do ministro Ricardo Lewandowski estabeleceu a obrigatoriedade de o Congresso autorizar e haver licitação na alienação do controle acionário de empresas estatais e suas subsidiárias. Para rebater a liminar, há um ano, a Petrobrás usou a Lei de Política Energética (Lei 9.478, de 1997), segundo a qual a Petrobrás é autorizada a constituir subsidiárias, as quais poderão associar-se, majoritariamente ou minoritariamente, a outras empresas. Na época, acórdão do TCU ratificou esse entendimento e, mais tarde, a AGU também deu parecer favorável à Petrobras.

Mas, para a advogada Raquel de Oliveira Souza, a venda da TAG foi “um crime para a soberania do Brasil e contra o patrimônio construído pelo povo brasileiro”.

— A TAG é uma malha de dutos imensa, nova, construída com o dinheiro público. Teve lucro líquido, em 2016, de R\$ 7 bilhões, e foi vendida por R\$ 33 bilhões, valor menor que o lucro líquido de cinco anos. É eficiente vender essa empresa? — questionou.

Raquel lembrou outra desestatização: a venda da Nova Transportadora Sudeste (NTS), segundo ela, por um preço que não chega a representar o lucro líquido de cinco anos. Juntas, a NTS, no Sudeste, e a TAG, no Norte e Nordeste, compõem a malha de distribuição de gás do país.

— Do ponto de vista da soberania nacional, agora a Petrobras, que produz todo o gás do país, está na mão de duas empresas privadas. Somos reféns da Engie e da Brookfield — lamentou.

De acordo com a advogada, os relatórios trimestrais da Petrobras já apontam os prejuízos das vendas das subsidiárias, com aumento da despesa de transporte do gás nos dutos vendidos.

Desinvestimento

Vários senadores se manifestaram contrários à venda da TAG. Jaques Wagner (PT-BA) disse que as alienações da Petrobras não contribuem para o desenvolvimento no Brasil.

— As formalidades podem ter sido cumpridas, mas não há objetivo nesse desinvestimento — declarou.

Para Jean Paul Prates (PT-RN), é criminoso vender ativos para fazer caixa num momento em que a Petrobrás está endividada.

— Num país autossuficiente em petróleo, é impensável um movimento desses.

A assessora jurídica da Petrobras Claudia Zacoura defendeu a alienação dos ativos e as ações de sua titularidade, como decorrentes de um programa de desestatização condizente com a Lei Geral do Petróleo (Lei 9.478, de 1997) e da Lei das Estatais (Lei 13.303, de 2016).

— Hoje, a Petrobras precisa

diminuir sua dívida para ter financiamentos mais baratos e se alinhar aos seus pares internacionais — completou.

Ela explicou que, pela política de desinvestimentos da Petrobras, a empresa concentra os investimentos nos negócios para os quais a companhia está mais vocacionada e abre mão da titularidade de outros.

— Isso não significa que a empresa deixará de atuar nos segmentos dos quais ela abriu mão. A Petrobras não pretende, por exemplo, sair do setor de refino. O que nós vamos fazer é um reposicionamento.

A venda da TAG reflete a tentativa de abertura do setor, batizada pelo governo como “Novo Mercado de Gás”. O secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia, Márcio Bezerra, explicou que o gás é o combustível da transição energética no mundo.

— O gás ajuda a aumentar a capacidade de energias renováveis no Brasil, porque as térmicas a gás suprem a variação das outras fontes de energia, como hidráulica, que passa por momento de estiagem, e eólica e solar, que têm variação diária porque dependem de condições climáticas.

O superintendente de Infraestrutura da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Hélio Bisaggio, comentou que tradicionalmente os contratos pressupõem a exclusividade

do duto e por muito longo prazo. Exemplo disso, é o contrato de fornecimento com a Bolívia, de 20 anos, e o transporte dele, na TVG, por exemplo, vai até 2041.

— O novo modelo tem contratos padronizados e de menor prazo, dando maior liquidez e mais garantias para quem compra e quem vende.

O superintendente destacou a criação de HUBs (pontos virtuais) de negociação e disse que o acesso ao sistema de transporte é pré-condição para o desenvolvimento de um mercado concorrencial.

— A experiência mundial mostra que a independência do transportador é fundamental para o setor de gás natural.

Infraestrutura

Representante da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás (Abe-gás), Marcelo Lima Mendonça destacou que hoje o sistema não dá acesso para se comprar o gás de vários ofertantes. Ele considerou a ociosidade do sistema como alta, onerando o consumidor.

Mendonça também comentou que a infraestrutura da TAG, apesar de robusta, ainda se concentra no litoral. Para ele, a venda da TAG não mudará de maneira significativa o mercado.

— Os dutos permanecem 100% contratados e a Petrobras segue responsável pela operação desses dutos — disse.

Projeto recria regra para instalar antenas de telecomunicação

Tramita na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) projeto de lei que autoriza a instalação, em conformidade com as condições legais, de antenas de rede de telecomunicação, em caso de “silêncio positivo” (ou seja, se não houver manifestação municipal no prazo de 60 dias). O PL 3.269/2019 aguarda designação do relator.

A proposta, do senador Ma-

jor Olímpio (PSL-SP), inclui o silêncio positivo na Lei 13.116, de 2015 (Lei das Antenas), que trata das normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações. No texto aprovado pelo Congresso havia essa determinação, mas o ponto foi vetado pela então presidente Dilma Rousseff, quando sancionou a lei.

“Para que seja respeitado e cumprido o espírito da legisla-

ção vigente, é necessário que ocorra o aperfeiçoamento de tal legislação, o que o presente projeto se propõe a fazer, com a implementação do silêncio positivo, o que acarretará a concessão da autorização para a prestadora realizar a instalação de antenas, desde que em conformidade com as condições mencionadas no requerimento apresentado e com as demais regras estipuladas em lei municipal, no

prazo já previsto na legislação vigente de 60 dias”, justifica Major Olímpio.

A fila para instalação de novas antenas atualmente é de 5 mil pedidos no país inteiro, conforme dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Segundo o senador, muitas dessas antenas não foram instaladas em razão da demora do município em conceder as licenças.

Ainda segundo a Anatel,

entre janeiro e abril de 2019 foram registradas cerca de 50 mil reclamações em razão da falta de sinal ou sinal ruim de telecomunicação. O Brasil conta com cerca de 90 mil antenas.

“É de extrema importância a aprovação do projeto para o desenvolvimento tecnológico e socioeconômico do país, como, por exemplo, a implementação da tecnologia 5G”, ressalta o senador.